



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

DELIBERAÇÃO Nº 04, DE 30 DE MARÇO DE 2006

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista a decisão tomada em sua 148ª Reunião Extraordinária, realizada em trinta de março de 2006, e considerando o que consta do processo nº 23083.002130/2006-11,

RESOLVE:

aprovar o Projeto Político Pedagógico do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Unidade Acadêmica desta Universidade em Nova Iguaçu.

RICARDO MOTTA MIRANDA
Presidente



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

ANEXO À DELIBERAÇÃO Nº 04, DE 30 DE MARÇO DE 2006.

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a proposta da *Comissão¹ de Elaboração do Projeto Político Pedagógico* do **Instituto Multidisciplinar - Unidade Acadêmica da UFRRJ, em Nova Iguaçu**. O Instituto Multidisciplinar foi criado em reunião do Conselho Universitário realizada em 20 de julho de 2005, que confirmou o ato de criação de seus cursos aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, de 12 e 14 de julho de 2005. O Instituto Multidisciplinar iniciará suas atividades no primeiro semestre de 2006, com 6 cursos: Administração, Economia, Licenciatura em História, Matemática (Licenciatura e Computacional), Pedagogia e Turismo e Hotelaria, com 250 vagas por semestre. O Instituto Multidisciplinar receberá ainda duas turmas do curso de Administração do extinto Consórcio Universidade Pública da Baixada.

Este Projeto Político-Pedagógico foi elaborado como um ante-projeto ou projeto inicial de funcionamento, tendo em vista que o Projeto Político Pedagógico definitivo do novo *campus* deve ser discutido pela comunidade acadêmica do Instituto Multidisciplinar – estudantes, professores e servidores técnico-administrativos. Este ante-Projeto Político-Pedagógico é parte integrante do *Projeto de Implementação do Campus da UFRRJ em Nova Iguaçu*, construído em atenção à política de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), proposta pelo Ministério de Educação. Destacamos que, esta política pública está em consonância com as diretrizes da atual administração superior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – de uma expansão responsável que garanta a qualidade do ensino ministrado e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – e com o projeto de

¹ Comissão encarregada de realizar estudos e propor o Projeto Pedagógico inicial para funcionamento da Unidade da UFRRJ em Nova Iguaçu, instalada pela Portaria 737/GR, de 5 de setembro de 2005. A Comissão foi composta pelos professores Luiz Carlos de Oliveira Lima, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Marcelo Dib Cruz, Margareth de Almeida Gonçalves, Nicéas Alencar da Silva e Lucília Augusta Lino de Paula, presidente. O Projeto contou com a colaboração dos professores Aloísio Jorge de Jesus Monteiro, Ana Maria Dantas Soares, Amparo Villa Cupollilo, Lana Claudia Souza Fonseca, Lia Maria Teixeira de Oliveira e Inês Emília Sarmento Patrício. Na fase da pesquisa colaboraram Diana Veiga Mandelert, Tânia Ventura da Silva Bernardo dos Santos e os estudantes Amanda Moreira da Silva, Juliene Paes Leme de Oliveira, Paulo Tiago Neves dos Santos e Thaianne Cavalcanti Couto.

educação desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, que visa principalmente à instalação de uma instituição federal de ensino superior, na Baixada Fluminense.

O *Programa de Implementação do Campus em Nova Iguaçu* (PICNIG) é uma importante iniciativa que permite articular diferentes áreas do conhecimento acadêmico-científico da UFRRJ com diversas instâncias públicas municipais, a partir de um projeto político de incentivo à educação superior do Governo Federal. Essa iniciativa fundamenta-se no princípio constitucional da educação como direito de todos os cidadãos e das políticas de democratização do acesso à educação superior por parcelas da população antes excluídas desse direito. Nesse sentido, os cursos de nível superior, ora implementados pela UFRRJ, no *campus* de Nova Iguaçu, visam atender a demanda de formação profissional e científica no âmbito da comunidade loco-regional, bem como as necessidades de desenvolvimento sócio-econômico-cultural dos municípios da Baixada Fluminense.

As ações que objetivam a construção do *Campus da UFRRJ em Nova Iguaçu* têm como meta a formação e capacitação profissional em nível superior de 2000 estudantes até 2010, meta essa que pode ser duplicada a partir da construção da sede do Instituto Multidisciplinar. O Instituto Multidisciplinar é fundado na afirmação de uma educação pública, gratuita e com qualidade social e excelência acadêmica, bem como, o desenvolvimento de um *lócus* de pesquisa e produção de conhecimento socialmente referenciado, na perspectiva dos interesses e necessidades da Baixada Fluminense.

Ao longo dos 95 anos de funcionamento da UFRRJ, esta acumulou uma experiência acadêmica que credencia a criação da nova unidade acadêmica e vem ampliar e consolidar um conhecimento pedagógico-educacional que se quer crítico e contextualizado. A UFRRJ reúne, atualmente, o conjunto de condições básicas para não só implementar a criação de uma unidade acadêmica e cursos novos – e assim concretizar a meta de expansão das IFES proposta pelo Ministério de Educação e almejada pelo Município de Nova Iguaçu – mas, principalmente, cumprir, de forma mais efetiva, o seu papel social e político-pedagógico, no contexto loco-regional.

Em sintonia com os princípios e fins da UFRRJ e a legislação atual, este documento formula uma proposta de implantação do Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu, contextualizado em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes. A implantação de um novo campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro abre a possibilidade desta rediscutir sua função social, seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, baseada no

comprometimento com o desenvolvimento de uma coletividade que anseia pela criação de uma instituição pública e federal de ensino superior na Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense é uma região que congrega 13 municípios do Estado do Rio de Janeiro, uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes e onde se gera 25% do PIB industrial do Estado. Apesar de sua importância econômica e da alta densidade populacional, a região tem sido historicamente excluída de alguns cenários culturais e intelectuais. A criação de instituições de ensino superior públicas na região, além de promover uma ampliação do acesso a esse nível de ensino vem favorecer processos de mobilidade e inclusão social, com impactos para o desenvolvimento da região. Geralmente, os programas e projetos que se dedicam as áreas política e culturalmente periféricas estipulam como vias de inclusão social ações nas áreas de esporte e lazer ou técnica desprezando a opção acadêmica, que agora é priorizada. Cabe destacar que a área onde será construída a sede do campus - localizada na região do Aeroclube do município – destina-se, segundo projeto da Prefeitura Municipal, à implantação de um pólo esportivo, cultural, de lazer e comércio em que o campus trará dimensão educacional.

Entendemos que pensar um projeto político pedagógico de uma instituição pública de ensino superior implica pensar o tipo e qualidade de educação e a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir, considerando-se que os saberes são construídos socialmente, culturalmente e subjetivamente pelas pessoas que estão fora e dentro da Universidade. Comungamos com o entendimento do ForGRAD (1999) quando define Projeto Pedagógico como a proposta educativa produzida coletivamente no âmbito da Unidade Acadêmica, cuja finalidade é enunciar as diretrizes, os propósitos e os procedimentos adotados para a formação de profissionais numa determinada área de conhecimento e, conseqüentemente, para as ações político-pedagógicas do fazer universitário. Nesse sentido, consideramos este documento um **Ante-Projeto Político Pedagógico**, que indica a *organização inicial* necessária ao funcionamento do novo Instituto da UFRRJ, que será posteriormente discutido e aprimorado pelos seus futuros estudantes, professores e técnico-administrativos que juntos, estenderão o debate à comunidade local, e, assim, construirão *coletivamente* o projeto político pedagógico definitivo da Unidade e os respectivos projetos pedagógicos, específicos de cada curso.

Em respeito ao direito de autodeterminação da comunidade que se estabelecerá no novo *campus*, indicamos um desenho curricular aberto a posteriores aprimoramentos elaborados pelos respectivos colegiados, de acordo com as normas institucionais vigentes.

Entretanto, não podemos nos furtar a indicar alguns princípios norteadores que embasam a concepção político-pedagógica do Instituto Multidisciplinar. Essa concepção fundamenta-se nas diretrizes acadêmicas aprovadas pela comunidade universitária e representadas pela atual Administração Superior. Da mesma forma, já são indicados no presente documento, algumas diretrizes administrativas e curriculares, necessárias ao funcionamento dos cursos, em que se inserem as grades curriculares da cada curso, carga horária mínima, período de integralização, as disciplinas que compõem o desenho curricular, entre outras. Apresentamos nesse projeto atividades que encontram-se em processo de implantação na UFRRJ, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), como a atribuição de carga horária a atividades complementares de iniciativa dos alunos, a obrigatoriedade do estágio curricular e do trabalho de conclusão de curso, bem como uma inovação em que se pretende enfatizar o caráter integrador dessa nova Unidade Acadêmica, qual seja a instituição de um eixo curricular comum norteador dos cursos que enfatiza a dimensão humana e social da formação acadêmica e a articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Como anteriormente explicitado, o Projeto Político-Pedagógico deve ser o resultado de um comprometimento coletivo da comunidade do novo campus, sem menosprezar a discussão ampliada com toda a comunidade universitária e a sociedade organizada. Da mesma forma, os Projetos Político-Pedagógicos de cada curso devem ser elaborados pelos respectivos Colegiados de Curso, compostos por representantes dos professores das várias áreas de conhecimento e dos discentes do curso. Esses projetos devem conter uma fundamentação teórica geral que os orientem conceitualmente; apresentar a política de formação do curso; explicitar as relações constituídas entre ensino, pesquisa e extensão e prever, em seu próprio interior, a sistemática e o aproveitamento da avaliação institucional.

Princípios éticos devem fundamentar a concepção dos projetos dos cursos e da Unidade e confirmar constantemente valores referentes à dignidade humana e a superação da injustiça e das desigualdades sociais. Em conformidade com a tendência geral que tem marcado as discussões curriculares recentes, a interdisciplinaridade e a flexibilidade despontam como princípios de organização curricular, e, portanto, na medida do possível, essas possibilidades devem ser consideradas. Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico de Curso deve ser capaz de permitir a atualização constante das atividades acadêmicas e atender a uma realidade social e acadêmica caracterizada pela constante transformação.

As concepções de conhecimento que podem permitir à Universidade cumprir sua função social devem, necessariamente, conviver e integrar posições diferentes, perspectivas variadas, escapando aos monismos metodológicos da formação unidimensional e aos equívocos que visões parciais, fragmentadas e unilaterais de conhecimento e educação podem produzir. Nesse sentido, a interdisciplinaridade se faz necessária e, sem abrir mão da coerência e do rigor acadêmico, são buscadas estratégias fecundas para a renovação de idéias e a produção do conhecimento, considerando seu caráter histórico e dinâmico, com qualidade social, compreendendo a realidade como caracterizada pela constante transformação.

Dessa forma, cabe enfatizar que a função da Universidade Pública, não pode se restringir ao domínio específico do mercado de trabalho, nem a mera prestação de serviços para a cobertura de vagas mediante o fluxo de egressos do ensino superior, visto que essas demandas, em larga medida, expressam contradições e conflitos do sistema econômico e político, mas que sua função social, eticamente embasada, deve propor intervenções no processo histórico visando à compreensão e a transformação social da realidade. Entende-se portanto, que o Projeto Político Pedagógico traduz intenções políticas, filosóficas, científicas e pedagógicas capazes de contribuir de forma efetiva para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, orientando as ações relacionadas ao processo de formação de um profissional-cidadão.

A articulação constante entre ensino-pesquisa e extensão vista como pressuposto fundamental para a prática pedagógica cotidiana; o relacionamento professor-estudante como a base essencial para que tal articulação se consolide; a interdisciplinaridade como eixo condutor do processo ensino-aprendizagem; a noção de currículo como processo dinâmico e flexível; a realimentação constante das práticas acadêmicas propiciada pela inserção dos estudantes em programas de Iniciação Científica, estágios, monitorias e atividades complementares; a avaliação como um componente fundante do processo educativo, numa perspectiva emancipatória, constituem as bases sobre as quais se pretende construir as trajetórias a serem percorridas pelos diferentes cursos, como desafios para a superação da visão fragmentada e dicotomizadora que configura em grande parte os cursos de graduação na atualidade.

O Ante-Projeto Político Pedagógico da nova Unidade Acadêmica da UFRRJ, consciente das transformações da realidade e das necessidades da região, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a na medida do possível, realizar essas intervenções, ampliando as possibilidades de atendimento das demandas coletivas e de

diminuição das desigualdades sociais, articuladas ao desenvolvimento da região. Assim, este projeto se sustenta em valores éticos, e firma a posição da UFRRJ como responsável por benefícios à comunidade, como é esperado de uma instituição pública e gratuita, intelectual e administrativamente autônoma, capaz de interagir com a sociedade que a mantém. A fim de dar condições para a implantação de práticas acadêmicas que contribuam para o benefício social, é necessário que a Universidade, em coerência com seus objetivos e em favor de sua interação com o contexto, desenvolva projetos administrativos e acadêmicos capazes de sustentar essa coerência e qualificar essa interação.

Para tanto, é necessário respaldar os projetos no princípio primordial da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para Mazzili (1995:5)² “a Universidade como organismo socialmente constituído que reproduz a sociedade na qual está inscrita, abriga também em si os germes das contradições geradas na e pela própria sociedade, no confronto entre as diferentes perspectivas e interesses que permeiam o todo social (...) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é apontada nessa perspectiva como critério de qualidade na concretização de um trabalho acadêmico referenciado social, e político culturalmente”. Assim, a implantação do Instituto Multidisciplinar coloca-se como um grande desafio, na medida em que aponta para uma perspectiva multidisciplinar articulando as atividades acadêmicas com as administrativas, o que demanda o resgate do princípio fundante, firmado constitucionalmente, da Universidade pública brasileira.

Para isso, é fundamental que a Universidade estabeleça expectativas, quanto ao perfil dos egressos de seus cursos relacionados à realidade sócio-cultural. Nossa pretensão é que o aluno que ingressa no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu, ao final de sua trajetória, seja um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica pretende não somente fornecer as condições ao graduado de exercer uma profissão de forma competente, mas, também, independentemente das áreas de atuação, dar-lhe a capacidade de participar de forma ativa no âmbito coletivo, entendendo a realidade brasileira e loco-regional, e de identificar, avaliar e propor resoluções aos problemas relevantes do contexto social. Assim espera-se do egresso uma atuação consciente e ética junto à sociedade que, através dos recursos da Universidade, investiu em sua formação, de forma a beneficiá-la. O conhecimento adquirido,

² MAZZILI, S. “Notas sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. In: *Revista Universidade e Sociedade*. Ano VI, nº 11. Brasília: ANDES, junho, 1996.

sem visualizar sua função social, se constitui apenas como exercício de individualismo, contrariando os fins de uma instituição educacional pública e gratuita.

Nessa perspectiva, além de preparar para uma atuação profissional, ou uma qualificação científica ou tecnológica, um curso acadêmico prepara para o enfrentamento aos desafios colocados pela experiência da vida em sociedade. A formação universitária objetiva contribuir para a transformação social, a universalização da cidadania e a consolidação da democracia e do desenvolvimento da nação, propondo a superação da desigualdade e da injustiça, através da renovação permanente de conhecimentos que viabilizem a reflexão sobre a realidade e atendimento às demandas sócio-culturais. A Universidade abre campos de possibilidades para que os sujeitos realizem a intervenção crítica na realidade, com o emprego do conhecimento científico, tecnológico e artístico, otimizando as chances dos estudantes realizarem uma intervenção na realidade, com o emprego do conhecimento acadêmico, promovendo a reflexão sobre os problemas que o cercam, considerando a complexidade das transformações históricas, e avaliando as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento profissional no contexto social.

Assim, as orientações dadas à formação acadêmica privilegiam "aptidões sociais e a dimensão da personalidade"³, trabalhando competências gerais que permitam aos estudantes a atualização contínua, e não apenas a aquisição imediata de informações que, logo, tornam-se obsoletas. Assim, consideramos fundamental para a qualidade da formação a aprendizagem interdisciplinar, visto que para compreender fenômenos e solucionar problemas, muito freqüentemente é necessário um trabalho de colaboração intelectual entre diferentes disciplinas, constituindo transversalidade. Na medida do possível, serão incentivadas atividades acadêmicas que situem a formação profissional em um horizonte de interesse humanístico.

Dessa forma, confirma-se a articulação e indissociabilidade entre as funções ensino, pesquisa e extensão, essencial para a sustentação da Universidade e para a formação integral do estudante. A segunda é o desenvolvimento de formação continuada. Os programas de formação devem reconhecer suas limitações temporais, preparar para experiências de integração social, e dar condições para atualização constante. A valorização do egresso é importante para avaliar a consistência das ações da instituição. Nesse sentido perspectiva-se, para o Instituto Multidisciplinar, a criação da pós-graduação como campo estratégico de

³ Teichler, Ulrich. (1998). "Responder às exigências do mundo do trabalho". In: Anais da Conferência Mundial sobre Ensino Superior, 1998.

refinamento do conhecimento científico, que em articulação aos setores produtivos locais e regionais que abrigam os egressos, contribuem igualmente na formação continuada e na construção e produção do conhecimento aplicado.

Elementos como eficiência administrativa, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, valorização da interdisciplinaridade e da formação continuada, são fundamentais para a condução racional da vida acadêmica humanizada, sem esquecer da necessidade de uma sistemática de avaliação institucional qualificada que aponte o horizonte de superação de limitações como dado interno ao sistema administrativo.

Ressaltamos que a implementação de projeto acadêmico caracterizado pela ética e qualidade social depende da participação de todos os segmentos da comunidade universitária, da articulação cotidiana das atividades acadêmicas e da elaboração coletiva, no âmbito de cada curso, de um Projeto Político-Pedagógico específico, fundamentado nos princípios norteadores do projeto maior da Universidade e do campus. A grade curricular de um curso é parte integrante de um Projeto Político-Pedagógico, portanto sua construção deve ser compreendida como estabelecimento de um campo de questionamento de temas relevantes, propício ao amadurecimento intelectual e motivador para a prática profissional. Sua sustentação depende não apenas de fidelidade à legislação em vigor, mas também de um plano de desenvolvimento de habilidades intelectuais e práticas, esperadas no perfil do egresso. Assim, os problemas sociais, econômicos e culturais que repercutem na prática do cotidiano são considerados na vivência acadêmica diária e orientar as relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem e as conexões entre ensino, extensão e pesquisa, capazes de tornar o processo de formação mais qualificado socialmente. Cabe destacar que no processo de formação, alunos e professores são ambos responsáveis pelos resultados e que a relação entre ambos deve fundar-se no mútuo respeito e colaboração.

Para além dos limites dos cursos regulares, a Universidade cumpre seu papel de oferecer oportunidades novas permanentemente, valorizando a perspectiva de formação continuada, incentivando, a realização de cursos de *lato* e *stricto sensu* abertos à comunidade, associados aos cursos de graduação que oferece, visando seu aprimoramento, buscando ser coerente com seus princípios e práticas. É importante destacar que será estimulada/buscada a interação com o *campus* de Seropédica, por meio da elaboração de projetos comuns objetivados na articulação entre as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

A construção de metodologias de elaboração e o exercício de práticas de efetivação da expansão da UFRRJ como políticas públicas implicam, necessariamente, a incorporação de

novos sujeitos sociais no seu processo de constituição. Destaca-se, portanto, a imperiosa necessidade de formação de redes de estudos e ações integradas, composta de docentes da UFRRJ e da Secretaria de Educação do município de Nova Iguaçu, de Pesquisadores e Técnicos de Instituições de Pesquisa, de Organizações da Sociedade Civil e, de modo especial, a incorporação de atores oriundos dos próprios espaços locais em causa pelas políticas públicas.

A concepção de educação superior da UFRRJ é inspirada em uma perspectiva que articule níveis verticalizados de conhecimentos científicos historicamente elaborados, com dimensões horizontalizadas de ações públicas de democratização do conhecimento produzido no interior da universidade, estabelecendo assim uma relação dialógica entre formação profissional, produção de conhecimentos e função social da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Assim reafirmamos uma concepção de ensino, pautada no senso de responsabilidade pública, uma concepção de sujeito humano, contextualizado nos tempos/espaços de profundas transformações histórico-sociais, e uma concepção de formação acadêmica com qualidade técnica e cultural, que produza profissionais aptos a contribuir para a intervenção social visando a superação de problemas locais, regionais e nacionais.

IMPLANTAR O CAMPUS DE NOVA IGUAÇU: UM NOVO DESAFIO PARA A UFRRJ

O Brasil, nas últimas décadas, sofreu um processo de modernização acelerado, que complexificou as relações sociais e intensificou as desigualdades, fenômeno sentido mais agudamente nas periferias dos grandes centros urbanos e nas regiões metropolitanas, como os municípios da Baixada Fluminense. A expansão das periferias urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro destaca-se entre os fenômenos mais significativos e, contraditoriamente, pouco reconhecidos no campo das políticas públicas. Tal fato implica em sérios limites de caráter estrutural, no que tange às questões relativas ao trabalho, a cultura, ao bem estar social e em níveis de escolarização e renda.

A superação das condições desiguais de desenvolvimento social e humano, dentre vários aspectos, tem como ponto de partida a articulação integrada do sistema educacional e a implementação de políticas públicas integradas. Nesse sentido, a implantação de um campus universitário necessariamente referenciado por um Projeto Político Pedagógico (PPP) que articule conhecimentos universais (globais) com as necessidades e demandas regionais (locais) em sua proposta de formação profissional muito pode contribuir para essa superação. Esse

enquadre exige da Universidade Pública que, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão assumam um compromisso ético com a transformação social, fundamentado na consciência das responsabilidades diretas e indiretas a elas associadas. Assim, a UFRRJ, ciente da complexidade dos problemas vividos no contexto e entendendo a realidade como processo em constante mudança, interagindo com a sociedade em que se insere e a mantém, pode promover a construção de projetos acadêmicos que mediante suas atividades fundamentais, que venham a contribuir para a superação dos processos de exclusão social, historicamente estabelecidos na região. Segundo Veiga (1999, p. 11) “o PPP como projeto de organização do trabalho escolar reflete o lugar de concepção, realização e avaliação do projeto educativo *stricto e lato sensu*.”

Entendemos que um dos caminhos possíveis de instauração de políticas públicas adequadas à Baixada Fluminense está na criação de diagnósticos participativos socioculturais e econômicos que, por definição ética e política, contribuam para a construção de práticas educativas que levem em conta as estratégias cotidianamente construídas pelos diversos atores sociais, cujo objetivo maior tem como referência à superação das desigualdades sociais, marcantemente vivenciada nos espaços populares.

Com o objetivo de contribuir para a construção de novas concepções e práticas das políticas públicas no âmbito da educação superior brasileira, sobretudo no tocante ao desenvolvimento sócio-cultural e o envolvimento político dos jovens e adultos residentes nas regiões da Baixada, Sul e Oeste fluminense, é que a UFRRJ, reafirmando seu entendimento de que a via da educação é um dos principais elementos constituintes de uma política de desenvolvimento social conseqüente, propõe unir esforços na construção do INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR, sua *Unidade Acadêmica em Nova Iguaçu*, e da construção de um novo *campus* na localidade.

Assim, o INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR torna-se o 10º INSTITUTO⁴ da UFRRJ, mais uma das Unidades Universitárias coordenadas e integradas administrativamente, onde as atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas. Como os demais Institutos será organizado da seguinte forma: Conselho Departamental, Diretoria, Secretaria Administrativa e Departamentos. O Instituto Multidisciplinar nasce já intrinsecamente integrado às demais

⁴Atualmente são 9 (nove) os Institutos da Universidade, aos quais será acrescido o **Instituto Multidisciplinar (IM)**: [Instituto de Agronomia \(IA\)](#), [Instituto de Biologia \(IB\)](#), [Instituto de Ciências Exatas \(ICE\)](#), [Instituto de Ciências Humanas e Sociais \(ICHS\)](#), [Instituto de Educação \(IE\)](#), [Instituto de Florestas \(IF\)](#), [Instituto de Tecnologia \(IT\)](#), [Instituto de Veterinária \(IV\)](#) e [Instituto de Zootecnia \(IZ\)](#).

Unidades acadêmico-administrativas da UFRRJ, isto é à Reitoria⁵, aos Decanatos e demais Institutos, além de outros órgãos.

A partir de 1977, visando à aplicação do princípio de delegação de competência, a Reitoria colocou em funcionamento os Decanatos, órgãos executivos de coordenação e supervisão ligados diretamente à Reitoria, que em outras instituições denominam-se pró-reitorias ou sub-reitorias. Na UFRRJ os Decanatos são de [ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS \(DAA\)](#), [ASSUNTOS FINANCEIROS \(DAF\)](#), [ASSUNTOS ESTUDANTIS \(DAE\)](#), [ENSINO DE GRADUAÇÃO \(DEG\)](#), [EXTENSÃO \(DE\)](#), [PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO \(DPPG\)](#). O Instituto Multidisciplinar pretende manter estreita relação com todos os Decanatos, em especial os quatro últimos, referentes a assuntos acadêmicos (ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis).

O Instituto Multidisciplinar, como os demais institutos da UFRRJ, terá no Conselho Departamental, – órgão consultivo e deliberativo do Instituto, visando a integração do ensino, pesquisa e extensão – sua instância deliberativa maior. O Instituto Multidisciplinar, inicialmente, terá em sua estrutura 4 (quatro) Departamentos – a menor unidade da estrutura universitária no que se refere à organização administrativa, didática, científica e de distribuição de pessoal, reunindo disciplinas afins e onde os professores são lotados –, que procuram manter o caráter multidisciplinar do Instituto.

O Instituto Multidisciplinar pautado acadêmica e administrativamente no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na articulação dos saberes multidisciplinares efetuará discussões acerca dos projetos dos cursos e do projeto pedagógico institucional, exigidos para a elaboração do PDI – Plano de desenvolvimento Institucional – da UFRRJ, no âmbito do Conselho Departamental e dos Colegiados de Cursos finalmente submetidos à Assembléia Comunitária do Instituto. Essas discussões, envolvendo os segmentos discentes, técnico-administrativos e docentes, poderão propor alterações à composição departamental ora proposta, visto que esse modelo administrativo, após a Reforma Universitária, tem sido motivado em algumas universidades pelas demandas institucionais internas, o que na atualidade não significa uma obrigatoriedade.

⁵ A Reitoria é o órgão máximo de execução, coordenação, fiscalização e superintendência de todas as atividades da Instituição. Essa é exercida pelo Reitor e pelo Vice-Reitor, e atualmente ocupam esses cargos, respectivamente, o Prof. Dr. Ricardo Motta Miranda e a Prof^a Dr^a Ana Maria Dantas Soares. Estão vinculados à Reitoria: a [PROCURADORIA GERAL](#), o [GABINETE DA REITORIA](#), a [SECRETARIA ADMINISTRATIVA](#), a [SECRETARIA DE ÓRGÃO COLEGIADOS](#) e as [ASSESSORIAS](#).

Os Colegiados de cada curso serão compostos inicialmente por todos os professores que ministram disciplinas obrigatórias para o curso, mas tão logo se faça necessário, a composição dos Colegiados de Curso será representativa. O Conselho Departamental neste primeiro ano será composto da Direção, dos 6 coordenadores de curso, os 4 chefes de departamento interinos, um representante docente de cada departamento, representantes dos estudantes de cada curso e dos funcionários técnico-administrativos.

BREVE HISTÓRICO DO *CAMPUS EM NOVA IGUAÇU*

Para discorrer sobre a ainda recente e breve história da criação do Instituto Multidisciplinar, unidade acadêmica da UFRRJ em Nova Iguaçu, é necessário resgatar a luta dos cidadãos iguaçuanos pela instalação de uma instituição pública de ensino superior na região. Essa luta, que envolveu inúmeros debates e discussões em diferentes instâncias, culminou na criação do Consórcio Universidade Pública da Baixada, sob a responsabilidade da UFF, do CEFET e da UFRRJ. O Consórcio, criado em 2004, foi extinto em 2005, e substituído pela proposta governamental de implantação de um campus da UFRRJ e da criação do Instituto Multidisciplinar.

A proposta inicial de criação de uma Universidade Pública na Baixada Fluminense foi formulada pelo Fórum pela Universidade Pública da Baixada Fluminense, em março de 2004, sob a liderança da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu⁶. Essa proposta teve como modelo a Escola de Governo da Baixada Fluminense, um consórcio de professores de várias universidades e instituições do Estado do Rio de Janeiro (UFF, UFRRJ, UERJ, ENCE, IBGE, CPDOC, PUC e Fundação CIDE do Estado do Rio de Janeiro) que já funcionava em São João de Meriti e Nova Iguaçu, desde 2003, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

A criação de uma Escola de Governo da Baixada Fluminense, por professores e técnicos de diferentes instituições do Estado do Rio de Janeiro teve por objetivo estabelecer uma estrutura de ensino e pesquisa, que fosse o primeiro passo para a constituição de um núcleo de excelência em estudos da Baixada Fluminense, contemplando formação técnica, ensino de graduação e pesquisa, verdadeiro embrião de uma Universidade Pública na região. Este projeto começou por ser um programa de extensão da UFF em parceria com outras instituições e entidades. Foram os eixos temáticos propostos pela comunidade de professores e alunos desta Escola, além de lideranças locais e diversos vereadores, que foram debatidos e propostos como modelo de uma Universidade Pública para a Baixada Fluminense. Assim, a

⁶ Informações fornecidas pela Prof^a Inês Patrício, da UFF.

constituição do hoje Instituto Multidisciplinar, que se autodenomina herdeiro dos anseios da população por uma instituição pública de nível superior que atendesse às suas necessidades loco-regionais, originou-se do trabalho de um Fórum democrático, processo inédito na história da universidade brasileira.

A proposta inicial de criação de uma Universidade Pública na região veio atender a demandas locais, expressas em seminários preliminares, em que participaram professores doutores destas universidades, lideranças locais, vereadores, associações de profissionais e comerciais, além de outros atores da sociedade civil. As reuniões em torno da proposta de uma Universidade Pública começaram a ser realizadas no final de 2002, na Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense, envolvendo mais de 500 pessoas. Na ocasião foi consenso, que as formas tradicionais de interiorização das Universidades não são satisfatórias, pois têm se concentrado no ensino, normalmente noturno, sem articulação simultânea com a pesquisa e a extensão. Além disso, são vistas, na maior parte das vezes, como um reforço salarial dos professores, submetidas à lógica da política local, já que dependem financeiramente das prefeituras.

A Escola de Governo da BF se estruturou de forma independente, com apoio financeiro da FAPERJ, que concedeu bolsas para professores associados e visitantes, apoio técnico e iniciação científica. Foi criado um Programa de Formação Comunitário de níveis médio e superior, inspirado nas demandas da região da Baixada Fluminense, tendo em primeiro lugar, a gestão pública como um de seus focos principais de atuação. O objetivo era qualificar profissionais para o desempenho consciente e crítico de suas funções, bem como para enfrentarem dilemas resultantes de suas atividades e para contribuírem, na condição de atores, para mudanças e processos de renovação e democratização da gestão pública.

Inicialmente, a Escola de Governo promoveu formação e qualificação, bem como capacitação e treinamento técnicos, voltados para um público primordialmente local. Essa clientela constituiu-se, principalmente, de lideranças políticas e comunitárias, funcionários e servidores públicos, professores do ensino médio, quadros técnicos e executivos de prefeituras de municípios da Baixada Fluminense. A Escola iniciou suas atividades com um curso de Ciências Sociais em São João de Meriti, e outro em Nova Iguaçu, vários cursos de nivelamento em inglês, além da estruturação de alguns núcleos de pesquisa, coordenados por professores deste consórcio. A qualidade dos primeiros cursos de Ciências Sociais, que envolveu mais de 280 alunos em São João de Meriti e Nova Iguaçu, foi garantida pela

exigência de mestrado ou doutorado para os professores que ministravam os cursos e coordenavam os núcleos de pesquisa.

Foram eleitos, em seminários com a comunidade, três focos principais de atuação, que deveriam nortear a criação da universidade pública. Os diferentes projetos neles abrangidos seriam realizados pelos grupos de trabalho, independentes, mas de preferência em cooperação com relação uns aos outros, e de todo modo subordinados a uma orientação comum, definida por um colegiado formado por seus coordenadores.

1. Formação acadêmica em vários níveis, sempre norteadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, este eixo atenderia a demandas de formação de quadros técnicos e lideranças e também de desenvolvimento acadêmico em sentido mais estrito.
2. Assistência ou suporte técnico. Nesta vertente, a Escola de Governo desenvolveria bases de dados, prestaria consultorias, ofereceria cursos eventuais e específicos com objetivos e duração limitados, conceberia projetos e apoiaria equipes técnicas, voltados a demandas pontuais das comunidades.
3. Cooperação técnica e estímulo de parcerias. A Escola de Governo constituiria linhas de pesquisa mais abrangentes e estruturadas, de médio e longo prazos, que proporcionassem e estimulassem o intercâmbio de experiências e o fomento à pesquisa, em parceria com diversas entidades e instituições, do país e do exterior.

Em processo de alcance mais prolongado, este projeto teve por proposta promover uma interlocução na Baixada Fluminense, que a situasse não somente como objeto, mas como sujeito na produção do conhecimento. A efetiva implantação da Escola de Governo supôs o desenvolvimento de um olhar da Baixada Fluminense, assim como *para, na e com* a Baixada Fluminense. Desse modo, o projeto tinha uma face voltada para dentro, de formação e compreensão crítica, e uma outra voltada para fora, de disseminação e intercâmbio nacional e internacional.

Vale destacar que esse processo de produção de saber – que inclui qualificação, formação, pesquisa e capacitação técnica – não se restringe a um alvo geográfico, mas deveria promover uma contínua ampliação do conhecimento, para além de um temário “Baixada Fluminense”. Muito ao contrário, a Baixada Fluminense deve constituir-se como um laboratório de estudos relacionados a metrópoles, sob múltiplas perspectivas, privilegiadas em diversos campos de conhecimento científico, técnico ou filosófico. Está por ser devidamente analisado e compreendido este fenômeno das grandes concentrações demográficas de populações empobrecidas, tão peculiares da América Latina e nunca até hoje suficientemente contempladas pela sociologia americana ou européia. O projeto incluía entre seus objetivos gerais a promoção de um trânsito permanente entre o local e outras esferas de abrangência –

geográfica, política, intelectual e cultural. Assim, propunha-se pensar a Baixada Fluminense a partir de referenciais teóricos que não lhe sejam circunscritos e, no sentido inverso, conceber objetos e problemáticas distintas e não circunstanciadas à Baixada Fluminense.

Em torno desta experiência, e a partir de um movimento de alunos das comunidades presentes aos cursos, os alunos e professores da Escola de Governo da Baixada Fluminense em conjunto com lideranças comunitárias, e sob a liderança da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, formaram o **Fórum pela Universidade Pública da Baixada Fluminense**, no final de 2003, que passou a reunir-se na Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu. Este Fórum promoveu reuniões, audiências públicas, e um abaixo assinado encaminhado ao MEC com milhares de assinaturas, pedindo a criação da **Universidade Pública da Baixada Fluminense**. Com base nesta demanda, a Emenda Lindberg Farias garantiu recursos para a implantação da Universidade, a partir de Agosto de 2004. Foram criados três cursos de graduação, e o vestibular realizado em conjunto, sob a égide da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os cursos começaram a funcionar em Setembro de 2004, dois deles se implantando de início no CEFET de Santa Rita – o curso de Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o de Engenharia de Automação do CEFET, ambos noturnos. O curso de Economia da UFF, diurno, começou no Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu. Estes cursos foram, de início, administrados por um **Consórcio de Universidades Públicas**, composto pelos reitores e diretores de unidades das sedes, em que a comunidade tinha dois representantes. Este consórcio, além de formular as diretrizes para a criação da Universidade Pública da Baixada Fluminense, foi encarregado de supervisionar o gasto público relativo à implantação destes cursos, cujo financiamento proveio da Emenda Lindberg Farias.

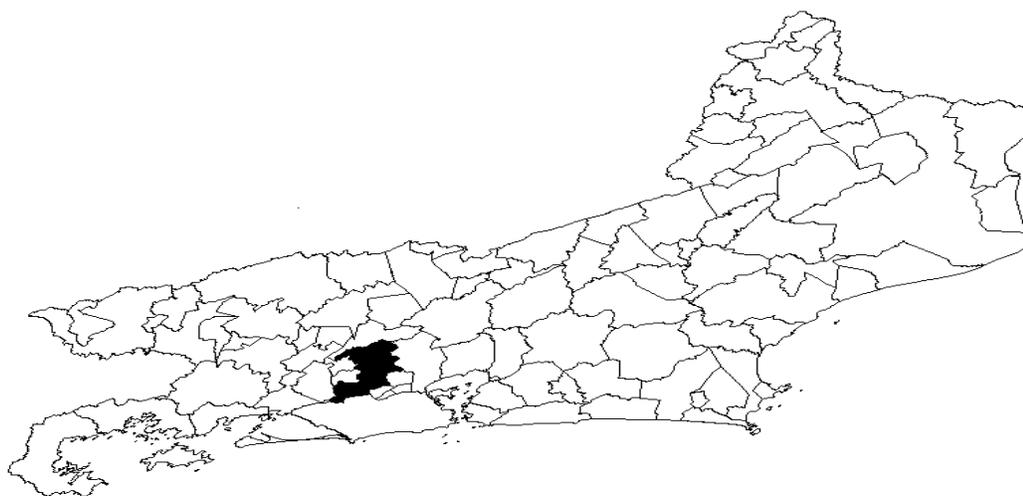
Entretanto, a política de expansão do ensino superior público promovida pelo MEC fomentou uma mudança no rumo anteriormente traçado para a criação da Universidade Pública da Baixada Fluminense. Ocorreu então a dissolução do **Consórcio de Universidades Públicas** e, em comum acordo entre a UFF, UFRRJ e CEFET, ficou estabelecida a criação de um *campus* da UFRRJ em Nova Iguaçu, que absorveria os cursos anteriormente vinculados à **Universidade Pública da Baixada Fluminense**. Dessa forma, foi iniciado o Projeto de Implantação do *Campus* da UFRRJ em Nova Iguaçu (PICNIg), que previa a cessão de área para a construção do *campus*, dotação orçamentária para construção e implantação da unidade, liberação de novas vagas docentes e de técnicos administrativos para realização de concurso público, abertura de concurso vestibular. Assim, em 14 de novembro de 2005, em Brasília, a

UFRRJ e o MEC, firmaram acordo assinado e publicado para a criação do campus da UFRRJ em Nova Iguaçu. Assim, a meta de expansão das IFES proposta pelo Ministério de Educação, vem de encontro ao entendimento de que a UFRRJ é a **Universidade Pública** localizada na **Baixada Fluminense** e, portanto, a responsável por atender aos anseios dessa população por um ensino superior de qualidade socialmente referenciado.

NOVA IGUAÇU: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA-ECONÔMICA- ADMINISTRATIVA

O conhecimento histórico, econômico e social do município em que esta nova unidade acadêmica está sendo implantada é um requisito para a elaboração deste Ante-Projeto Político-Pedagógico.

O município de Nova Iguaçu, situado na Baixada Fluminense, faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e possui uma área de 520,5 km² e 829.999 habitantes (IBGE, 2005).



Localização de Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro

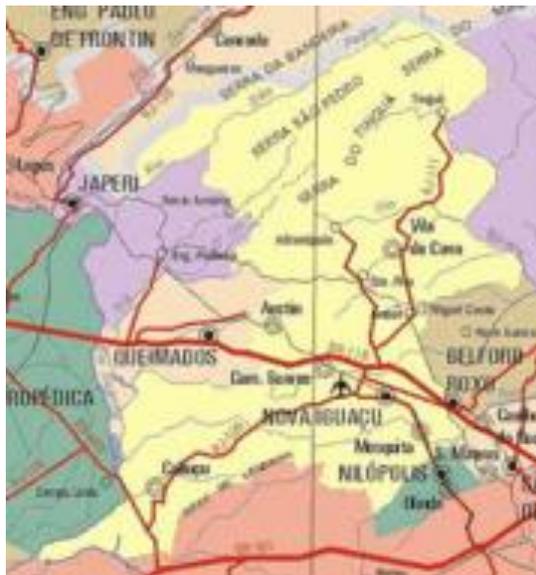
Nova Iguaçu é uma das cidades com maior população do Estado do Rio de Janeiro, possui uma densidade demográfica de 1.441,8 hab/km² (dados de 2004) e um PIB *per capita* de R\$ 4.639,00 (dados de 2003 em um PIB total de R\$ 3.707.797.000,00).

No período colonial a região era originalmente ocupada por tribos indígenas jacutingas que habitavam a margem direita do rio Iguaçu. A colonização portuguesa teve início na região devido à utilização da sua bacia hidrográfica para escoamento do ouro trazido de Minas Gerais em substituição ao Caminho do Ouro de Paraty. Entretanto sua expansão concretizou-se a

partir da abertura da Estrada Real do Comércio, primeira via aberta no Brasil para o escoamento do café proveniente do interior do país.

A Vila de Iguaçu, com origem agrícola, alternou períodos de expansão e consolidação econômica e outros de esvaziamento sócio-econômico. No final do século XIX, a sede do município foi transferida para a Vila de Maxambomba, que, em 1916, passa a denominar-se Nova Iguaçu.

Nova Iguaçu caracterizou-se como um grande produtor de cítricos, que teve o seu auge entre os anos de 1930 e 1950. Nessa época, Nova Iguaçu era, inclusive, denominada de “Cidade Perfume”, devido à floração das laranjeiras. Com a Segunda Guerra Mundial e a conseqüente interrupção dos transportes marítimos, a exportação das laranjas sofre inúmeras dificuldades. A chamada “crise da laranja” originou o loteamento das áreas de laranjais e o início do processo de industrialização.



Mapa de Nova Iguaçu, ainda contando com Mesquita

A partir da década de 1940, Nova Iguaçu passa por um significativo processo de desmembramento, a partir da emancipação de importantes distritos: Duque de Caxias e São João de Meriti, em 1943, e Nilópolis, em 1947. Mas, foi a década de 1990 que marcou definitivamente o desmembramento do município, com as emancipações de Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e, por último, Mesquita(1999).

Atualmente Nova Iguaçu, que já foi considerada uma cidade-dormitório, possui o segundo maior centro comercial do Estado, além da segunda maior concentração de indústrias de cosméticos do país. Outra característica marcante de Nova Iguaçu é seu potencial turístico,

devido a suas inúmeras áreas de interesse histórico, ecológico e cultural, dos quais podemos destacar a Serra do Vulcão, O Maciço de Tinguá e a Fazenda São Bernardino, remanescente da origem agrícola do município.

O potencial ecoturístico do município é enorme, visto que, aproximadamente 35% de sua área é coberta por Mata Atlântica, além de possuir duas importantes áreas de preservação ecológica: A Reserva Biológica de Tinguá (Patrimônio da Humanidade pela UNESCO) e a Área de Proteção Ambiental da Serra da Madureira (Reserva da Biosfera pela UNESCO). Recentemente foi criado o Parque Municipal de Nova Iguaçu que compreende a Área de Proteção Ambiental do Mendanha-Gericinó.



Nova Iguaçu é dividida em Setores de Planejamento Integrado⁷ (SPI), cada qual subdividido em áreas administrativas denominadas Unidades Regionais de Governo (URG), que contam com diversos bairros. As Zonas de Preservação Ambiental da Reserva Biológica do Tinguá e da Área de Proteção Ambiental do Medanha-Gericinó (Parque Municipal de Nova Iguaçu), não possuem URG ou bairros.

A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

O município conta com uma rede escolar de educação básica, pública e privada, considerável, para atender as 208.813 crianças e jovens com menos de 18 anos de idade

⁷ Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (2003)
IT/it.

(dados do Censo 2000). São 8962 matrículas no pré-escolar, sendo que o ensino pré-escolar municipal têm 1279 matriculados e no Ensino pré-escolar privado, 7178 matrículas. Os dados indicam ainda 407 matrículas em creches. As matrículas no Ensino fundamental atingem o número de 140.047, distribuídas pela rede municipal (1ª à 4ª séries: 40.110 e 5ª à 8ª séries: 11.453 matrículas); rede estadual (1ª à 4ª séries: 1599 e 5ª à 8ª séries: 35.212 matrículas) e pela rede privada (31673 matrículas)

O Ensino médio tem 3.6241 matrículas, distribuídas pela rede privada (6275 estudantes) e pela rede estadual (29.966 estudantes frequentam as 56 Escolas Estaduais de nível Médio, sendo uma Escola Técnica). Atualmente Nova Iguaçu conta ainda com uma instituição federal o CEFET que oferece cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação em nível superior.

Nova Iguaçu conta com 5915 Docentes atuando no Ensino fundamental, sendo 2209 na rede estadual, 1864 na rede municipal e 1842 na rede privada. No Ensino Médio o município conta com 1958 docentes, sendo que 1396 atuam no Ensino médio estadual. Quanto à formação em nível superior dos docentes dispomos de dados que indicam que apenas 26,2% dos professores que atuam 1ª à 4ª séries a possuem, e dos que atuam na 5ª à 8ª séries, 11,4% não têm a graduação.

Esses dados apontam para a relevância social e a necessidade educacional da região de instalar os três cursos de Licenciatura no município.

Quanto ao nível superior, Nova Iguaçu conta com a UNIG (antiga SESNI) e a UNESA (*campus* Nova Iguaçu), e com o CEFET e os dois cursos do Consórcio Universidade Pública da Baixada, que a partir de 2006 serão absorvidos pelo Instituto Multidisciplinar, da UFRRJ. O Instituto Multidisciplinar tem assim o compromisso com a melhoria da educação básica pública assumido por seus três cursos de licenciatura.

A PESQUISA

Sabendo que a implantação de um campus universitário da UFRRJ em Nova Iguaçu exigiria a elaboração de um projeto político-pedagógico que contemplasse a demanda da população local e as necessidades do município de Nova Iguaçu e adjacências, o ***Programa de Implementação do Campus em Nova Iguaçu*** envidou esforços para pesquisar a realidade local.

Assim, para sustentar a proposta inicial de instalação da nova Unidade acadêmica, foi necessário e fundamental conhecer as demandas locais de cursos de nível superior na região.

Nesse sentido, efetuou-se uma pesquisa orientada, opção possível de ser implementada face à exigüidade de tempo. Nessa pesquisa, foi utilizado um questionário, com questões abertas e fechadas, aplicado a estudantes secundaristas de Escolas Estaduais, de ensino médio, do município de Nova Iguaçu, contemplando suas expectativas em relação ao ingresso no nível superior e aos cursos em que pretendem se candidatar no vestibular.

A pesquisa investigou a demanda dos estudantes de nível médio da rede pública de Nova Iguaçu por cursos de nível superior, sendo que esta investigação seria orientada pela disponibilidade atual de expansão da UFRRJ. O resultado da pesquisa subsidiou a escolha dos cursos e contribuiu para a elaboração do projeto político-pedagógico da nova unidade da UFRRJ, em que também foram consideradas as expectativas da prefeitura de Nova Iguaçu quanto às necessidades de formação da população. Um fator de destaque, nesse sentido, foi a grande demanda expressa pela Secretaria de Educação, que apontou a formação de professores, em cursos de licenciatura, como uma demanda prioritária da região visto que a elevação da qualidade de ensino das escolas públicas é pré-condição do desenvolvimento da região.

Além das necessidades da região, foram utilizados também como critérios de seleção dos cursos, a viabilidade de oferecimento, quanto a recursos humanos e materiais requeridos para a manutenção do padrão de qualidade da instituição, a afinidade curricular entre os cursos, permitindo uma otimização do corpo docente, e a facilidade de implantação e funcionamento imediato dos cursos. Cabe esclarecer que a afinidade curricular levava em conta a existência dos cursos de Administração e de Economia, em funcionamento desde 2004 devido ao Consórcio Universidade Pública da Baixada, sob a responsabilidade da UFRRJ e UFF.

Os resultados dessa pesquisa estão contemplados no relatório anexo, bem como o histórico e as considerações metodológicas da mesma. Apesar das limitações da pesquisa, principalmente devido ao fator tempo, esta constituiu uma iniciativa inédita na Universidade, tanto no que concerne ao levantamento de dados sobre a comunidade alvo quanto à consulta à mesma.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E MATRIZES CURRICULARES

Diante do desafio de elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Instituto Multidisciplinar cabe, novamente, ressaltar o caráter inacabado desta proposta. Tão logo se estabeleça o funcionamento, será deflagrada, sob o comando da Direção e dos Colegiados da Unidade e dos Cursos a discussão para a construção de um PPP que considere as intenções da comunidade universitária juntamente com a sociedade local envolvida. Assim posto, torna-se recorrente lembrar a importância da autonomia universitária nesse processo reconhecendo a

Unidade Multidisciplinar como instância científica e cultural da sociedade civil, vinculada ao PDI da UFRRJ.

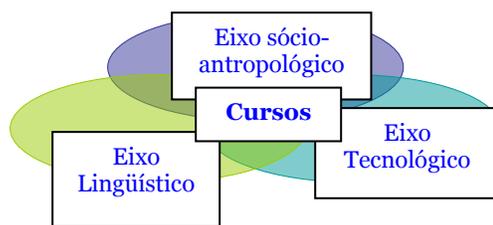
O Instituto Multidisciplinar nasce com um desafio: constituir-se como um espaço universitário inovador que, ao buscar novos meios de construção curricular, não perca os vínculos com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - da Universidade. Assim, este momento constitui-se como uma ocasião ímpar, em função de que a instalação da nova Unidade ajudará a alavancar, com uma força dinamizadora maior, a própria discussão do Projeto Político Pedagógico da UFRRJ, aliado à elaboração do PDI, que se faz urgente face às próprias exigências legais, e à necessária construção e/ou revisão dos Projetos Político-Pedagógicos de cada um dos cursos de graduação em desenvolvimento na Instituição.

Pela forma como, inicialmente, se configura o Instituto Multidisciplinar, este se constitui como um espaço universitário multidisciplinar, no qual os diversos cursos que o constituem, ao manterem suas identidades se entrelaçam numa rede que permitirá aos alunos uma formação ampla e diversificada. Desta característica se deriva sua denominação, ainda provisória – Instituto Multidisciplinar.

O Projeto Político Pedagógico do Instituto Multidisciplinar, conforme anteriormente mencionado, será construído pelos próprios cursos, à medida que a Unidade for se organizando. Porém, é imprescindível que linhas gerais sejam traçadas, de forma a embasar a discussão, a organização e a implementação do futuro projeto. Pretende-se que esse mapa inicial possa nortear o desenho que irá sendo recortado, re-elaborado, reconstruído para além da visão de um mero instrumento técnico-burocrático, numa perspectiva de permanente construção e reflexão e como um *locus* privilegiado de formação contínua e permanente da comunidade acadêmica, docentes e técnico-administrativos.

O desenho curricular que permitirá a configuração das redes multidisciplinares dar-se-á através de três eixos, a que denominamos: sócio-antropológico, lingüístico e tecnológico. A implementação dos currículos dos cursos contemplará essas três dimensões, presentes sob a forma de disciplinas obrigatórias e optativas comuns a todos os cursos, a implantação de oficinas e laboratórios de uso comum e de atividades curriculares – estágios curriculares, projetos de pesquisa e extensão, atividades complementares – interrelacionadas ao Projeto Político Pedagógico do Instituto e dos cursos. Desde os dois primeiros períodos a presença de duas disciplinas comuns e obrigatórias para todos os cursos, com enfoque multi, inter e transdisciplinar, abrangendo a intervenção de grande parte do corpo docente da área das ciências humanas e sociais.

Tendo em vista que esta unidade acadêmica é multidisciplinar, os seis cursos que a constituem (Matemática, História, Pedagogia, Administração, Economia, Turismo e Hotelaria) estarão ancorados sobre um eixo norteador que permita a aludida formação multidimensional e com qualidade social. Esse eixo estará ancorado no tripé sócio-antropológico, lingüístico e tecnológico. Assim, a partir das especificidades de cada curso, e das suas exigências de formação, pode-se estabelecer uma base teórico-prática multi e interdisciplinar que confira ao Instituto Multidisciplinar a construção de uma identidade. Com esta concepção, a Unidade UFRRJ-Nova Iguaçu apresentará a seguinte configuração curricular:



1) Eixo Sócio-antropológico: Constituído pelas áreas de Sociologia, Filosofia, Ciência Política, Antropologia e Educação, objetiva discutir as questões relacionadas à sociedade, à universidade e à produção do conhecimento, garantindo, assim a construção de uma visão ampla, multi e interdisciplinar sobre a sociedade.

2) Eixo Lingüístico: Constituído pelas áreas de Línguas Portuguesa e Estrangeira, objetiva estimular a produção textual dos alunos, bem como a aquisição de conhecimentos básicos de Línguas Estrangeiras, de forma a permitir a ampliação das bases comunicacionais.

3) Eixo Tecnológico: Constituído pelas áreas de Informática e Comunicação, objetiva preparar os alunos para sua relação com a Sociedade do conhecimento, através do acesso e domínio de Tecnologias da Informação.

O Instituto Multidisciplinar nasce, portanto, com a disposição de constituir-se em um espaço de produção de conhecimento e discussão sobre a realidade loco-regional, afinada com projetos de inserção e transformação social. Nesse sentido, todos os seis cursos da Unidade Nova Iguaçu terão como eixo comum duas disciplinas oferecidas em caráter obrigatório, nos dois primeiros períodos de cada curso:

1º período: Universidade, Conhecimento e Sociedade (IM-101): 60h (4 créditos)

2º período: Ética, Cultura e Cidadania (IM-102): 60h (4 créditos)

Estas disciplinas serão ministradas em um dia fixo da semana, em turmas que congreguem alunos dos diversos cursos, visando construir uma unidade acadêmica a partir da

discussão interdisciplinar e transdisciplinar, com aporte em conhecimentos sociológicos, antropológicos, históricos, políticos, filosóficos, psicológicos e educacionais sobre a realidade social brasileira com ênfase na transformação social.

Os estudantes do campus serão ainda orientados a desenvolver, desde os primeiros períodos, atividades acadêmico-científico-culturais cuja carga horária – de no mínimo 200 horas - será contabilizada em seu histórico escolar. Dentre estas atividades de cunho acadêmico, científico ou culturais será estimulada a participação em projetos de pesquisa e extensão, movimentos sociais, além de atividades inter-campi. Da mesma forma os professores do campus serão estimulados a desenvolver projetos de pesquisa e extensão na comunidade loco-regional e neles inserir os estudantes.

Segundo essa matriz curricular, todos os 6 cursos do Instituto Multidisciplinar, unidade acadêmica da UFRRJ em Nova Iguaçu, terão em sua estrutura curricular previstas, além das disciplinas obrigatórias e optativas, outras atividades acadêmicas obrigatórias, a saber: as atividades acadêmico-científico-culturais supracitadas, o Estágio Curricular Supervisionado e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O estágio curricular supervisionado de cada curso terá no mínimo 400 horas e poderá ser realizado a partir do 5º período de acordo com as disposições de cada colegiado de curso e as deliberações do DEG e do CEPE. O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido sob a orientação de um docente e seu formato, de acordo com a deliberação de cada colegiado de curso, poderá ser uma monografia, um relatório de estágio, ou outro trabalho acadêmico.

Em síntese, o eixo comum que constitui a matriz curricular dos cursos do Instituto Multidisciplinar, se fundamenta na interdisciplinaridade, na relação teoria e prática, e em uma formação acadêmica-profissional com compromisso social. Assim, todos os cursos terão em seus currículos a transversalidade dos eixos acima mencionados.

ESTRUTURA DEPARTAMENTAL DO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

O INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR será composto por departamentos multidisciplinares onde estão alocados professores e disciplinas, mas essa composição não significa uma departamentalização do conhecimento mas sim uma busca pela integração de conhecimentos e uma oportunidade de fomentar a discussão interdisciplinar. Como a UFRRJ inicia agora o processo de discussão de seu PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) em que estarão inseridos os Projetos Pedagógicos Institucionais

(PPI) dos institutos e dos cursos, reafirmamos o caráter preliminar deste anteprojeto, que poderá ser reformulado com a discussão da comunidade do Instituto Multidisciplinar, composta por seus professores, servidores técnico-administrativos e estudantes visando a construção do PDI e do PPI definitivos.

Como em termos curriculares o Instituto Multidisciplinar possui três eixos comuns aos seis cursos, e um deles é o sócio-anropológico, procuramos distribuir os professores das áreas das Ciências Sociais pelos quatro Departamentos, bem como equilibrando a distribuição entre mestres e doutores. Essa preocupação visa manter relativa multidisciplinaridade em todos os departamentos, evitando assim a disciplinarização dos mesmos. Portanto, para atender à exigência de instituição dos departamentos sugerimos a seguinte composição:

1- DES - Departamento de Educação e Sociedade

Agrupa os professores que ministram a maioria das disciplinas de formação geral (área das Ciências Sociais e Humanas), comuns a todos os cursos, e as disciplinas específicas do curso de Pedagogia e/ou comuns aos cursos de Licenciatura. Assim a discussão quanto à dimensão humana e social da formação profissional e da formação de professores fornece a unidade acadêmica ao departamento. Das primeiras 70 vagas docentes destinadas ao IM, 17 ficarão alocadas no DES, isto é aqueles professores que realizaram os concursos para a área de pedagogia (Currículo e pesquisa educacional, fundamentos da educação, filosofia da educação, educação infantil, gestão e planejamento educacional, psicologia da educação, história da educação), da psicologia das relações humanas e da sociologia.

2- DEH - Departamento de Economia e História

Agrupa os professores que ministram as disciplinas específicas do curso de História e do curso de Economia, inclusive as oferecidas como obrigatórias aos demais cursos. Assim a discussão quanto à fundamentação sócio-histórica e sócio-econômica da formação profissional fornece a unidade acadêmica ao departamento. Das primeiras 70 vagas docentes, 17 ficarão alocados no DEH, isto é, aqueles que realizaram os concursos para a área de História (Antiga, Medieval, Contemporânea, da América, do Brasil, da África, Moderna, Teorias da História), para a área de Economia (Economia e Epistemologia e História do Pensamento Econômico) e Estatística.

3- DTA - Departamento de Turismo e Administração

Agrupa os professores que ministram as disciplinas específicas do curso de Administração, do curso de Turismo e Administração, inclusive as oferecidas como obrigatórias aos demais cursos. Assim a discussão quanto às ciências administrativas aplicadas à administração de empresas, públicas e privadas, às empresas hoteleiras e turísticas, assim como às questões específicas da oferta turística nacional, fornece a unidade acadêmica ao departamento. Das primeiras 70 vagas docentes, 18 ficarão alocados no DTA, isto é aqueles que realizaram os concursos para a área de Administração, Contabilidade, Turismo e Hotelaria (Hospitalidade e Alimentos e bebidas) e Ciência Política.

4- DTL - Departamento de Tecnologias e Linguagens

Agrupa os professores que ministram as disciplinas específicas do curso de Matemática, inclusive as oferecidas para outros cursos, como Administração e Economia, as de Educação Matemática, Física e Computação, além da formação geral na área de Direito Geografia, Letras, Antropologia e Educação Física e as atividades de laboratório comuns a todos os cursos, como os laboratórios de línguas estrangeiras, de produção de texto e de informática. Assim a fundamentação matemática, lingüística, o acesso e domínio das novas tecnologias necessárias á formação profissional, a educação matemática, a linguagem corporal, a produção de texto, os conhecimentos geográficos e ambientais, configuram este departamento que possui uma estrutura multidisciplinar. Das primeiras 70 vagas docentes, 18 ficarão alocados no DTL, isto é, aqueles que realizaram os concursos para as áreas de Matemática, Computação (Ciências da Computação e Hardware), Física, Direito, Letras (Português, Espanhol e Inglês), Geografia, Educação Física e Antropologia.

A estrutura do Instituto Multidisciplinar contempla ainda os colegiados dos 6 cursos compostos pelos professores representantes dos vários departamentos que ministram disciplinas nos cursos e dos representantes dos estudantes de cada curso. Os cursos não estarão alocados nos departamentos, mas, diretamente no Instituto. Os coordenadores de curso presidirão o Colegiado do Curso e terão assento no Conselho Departamental do Instituto. O Conselho Departamental do Instituto Multidisciplinar será presidido pelo Diretor, e composto pelo vice-diretor, pelos chefes de departamento (4), os representantes dos professores de cada departamento (4), e os representantes dos estudantes de cada curso (6), os coordenadores dos cursos lotados no IM (6) e representantes dos servidores técnico-administrativos (2), totalizando 24 membros.

ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS

Os seis cursos do Instituto Multidisciplinar terão uma estrutura curricular que prevê, além das disciplinas obrigatórias⁸ e optativas⁹ indicadas (mínimo de 147 créditos ou 2205 horas), outras atividades acadêmicas obrigatórias, a saber: as atividades acadêmico-científico-culturais integralizando no mínimo 200 horas¹⁰, o Estágio Curricular Supervisionado (mínimo de 400 horas) e um trabalho de conclusão de curso (mínimo de 100 horas).

Os cursos de Licenciatura¹¹ deverão além das atividades já especificadas realizar atividades de Prática de Ensino com carga horária mínima de 400 horas, em que já está incluído o trabalho de conclusão de curso (100 horas). Assim, os cursos de bacharelado poderão ser integralizados com uma carga horária mínima de 2905 horas e os de licenciatura com no mínimo 3205 horas. O estudante, entretanto, será incentivado a concluir com os cursos com uma carga horária mais elevada, devido às disciplinas optativas cursadas e às atividades acadêmico-científico-culturais realizadas, que podem exceder o mínimo estipulado.

A codificação das disciplinas obrigatórias e optativas será realizada de forma independente dos demais Institutos onde disciplinas similares são oferecidas. Os códigos das disciplinas oferecidas iniciam com as letras IM (referentes ao Instituto Multidisciplinar), seguidas de numerais que indicam os departamentos (Quadro I).

Quadro I: Disciplinas e Códigos

DIMENSÕES	Código	DISCIPLINA	Créditos (Teor-prat.)	Caráter nos Cursos	
				Obrigatório	Optativo
<i>Disciplinas de Formação Geral (Área de Ciências Sociais e Humanas) e Disciplinas específicas do curso de Pedagogia e/ou comuns aos cursos de Licenciatura (DES- Depto. de</i>	IM- 101	<i>Universidade, Conhecimento e Sociedade</i>	4 (4-0).	<i>Todos</i>	-
	IM- 102	<i>Ética, Cultura e Cidadania</i>	4,(4-0)	<i>Todos</i>	-
	IM-103	Sociologia Geral	4 (4-0)	<i>His./THot</i>	<i>Outros</i>
	IM-104	Filosofia da Educação	4 (4-0)	<i>Ped./Hist./Mat.</i>	<i>Outros</i>
	IM-105	Sociologia da Educação	2 (2-0)	<i>Ped./Hist./Mat.</i>	<i>Outros</i>
	IM-106	Psicologia do Desenvolvimento	2 (2-0)	<i>Ped./Hist./Mat.</i>	<i>Outros</i>
	IM-107	Psicologia da Aprendizagem	4 (4-0)	<i>Ped./Hist./Mat.</i>	<i>Outros</i>
	IM-108	<i>Psicologia das Relações Humanas</i>	2 (2-0)	<i>Ped./TH</i>	<i>Outros</i>
	IM-109	<i>Organização e Política da Educação</i>	4 (4-0)	<i>Ped./Hist./Mat.</i>	<i>Outros</i>

⁸ O número mínimo de créditos disciplinares obrigatórios é de 132 créditos (1980 horas) e máximo de 152 créditos (2280 horas), a critério dos colegiados de cursos.

⁹ Os créditos optativos terão um mínimo de 15 créditos (225 horas) e um máximo de 33 créditos (495 horas) em que podem constar as atividades desenvolvidas nos laboratórios de informática, idiomas e produção de texto.

¹⁰ Máximo de 800 horas em atividades aprovadas pelo Colegiado de Curso.

¹¹ Licenciatura, seguem a Resolução nº 1 de 18/02/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, a Resolução CNE/CP 01/99, cujo espírito é mantido na Resolução CNE/CP 01/02 e na Resolução CNE/CP 02/ 02, já homologadas pelo MEC. Esses documentos convergem para uma mesma concepção de educação e formação, e afirmam a docência como base da formação e da construção da identidade do profissional da educação. Esses documentos deliberam sobre a implementação da carga horária de prática de ensino e estágio supervisionado.

<i>Educação e Sociedade)</i>	IM-110	<i>História da Educação</i>	4 (4-0)	<i>Ped</i>	Outros
	IM-111	<i>História das Instituições Educativas</i>	4(4-0)	<i>Ped</i>	Outros
	IM-112	<i>Sociedade e Organizações</i>	4(4-0)	<i>Adm</i>	Outros
	IM-113	<i>Pesquisa Educacional e Prática Educativa I</i>	2 (1-1)	<i>Ped./Hist./Mat.</i>	-
	IM-114	<i>Pesquisa Educacional e Prática Educativa II</i>	2 (1-1)	<i>Ped./Hist./Mat.</i>	-
<i>Disciplinas específicas do curso de História* e do curso de Economia* (DEH - Depto. de Economia e História)</i>	IM-201	<i>Introdução à História</i>	4 (4-0).	<i>His.</i>	<i>Outros</i>
	IM-202	<i>História Antiga I</i>	4.(4-0)	<i>Hist.</i>	<i>Outros</i>
	IM-203	<i>História Medieval I</i>	4(4-0)	<i>Hist.</i>	<i>Outros</i>
	IM-204	<i>História do Mundo Contemporâneo</i>	4(4-0)	<i>Hist.</i>	<i>Outros</i>
	IM-205	<i>Introdução a Macroeconomia</i>	4 (4-0).	<i>Economia/Adm</i>	<i>Outros</i>
	IM-206	<i>Introdução a Microeconomia</i>	4.(4-0)	<i>Economia/Adm</i>	<i>Outros</i>
	IM-207	<i>Microeconomia I</i>	4(4-0)	<i>Economia</i>	<i>Outros</i>
	IM-208	<i>Macroeconomia I</i>	4(4-0)	<i>Economia</i>	<i>Outros</i>
	IM-209	<i>Epistemologia Econômica</i>	4(4-0)	<i>Economia</i>	<i>Outros</i>
	IM-210	<i>Economia Brasileira Contemporânea</i>	4(4-0)	<i>Economia/Adm</i>	<i>Outros</i>
	IM-211	<i>Economia Aplicada ao Turismo e Hotelaria</i>	4(4-0)	<i>TurHot</i>	<i>Outros</i>
	IM-212	<i>Estatística Aplicada à Administração</i>	4.(4-0)	<i>Adm</i>	<i>Outros</i>
	IM-213	<i>Estatística Básica</i>	4 (4-0)	<i>Mat./Eco</i>	<i>Outros</i>
<i>Disciplinas Específicas do curso de Administração e do curso de Hotelaria e Turismo DTA (Depto. de Turismo e Administração)</i>	IM-301	<i>Introdução à Administração</i>	4 (4-0).	<i>TurHot/Ped</i>	<i>Outros</i>
	IM-302	<i>TGA I</i>	4.(4-0)	<i>Administração</i>	<i>Outros</i>
	IM-303	<i>TGA II</i>	4 (4-0)	<i>Administração</i>	<i>Outros</i>
	IM-304	<i>Introdução à Pesquisa Operacional</i>	4 (4-0)	<i>Administração</i>	<i>Outros</i>
	IM-305	<i>Pesquisa Operacional</i>	4 (4-0)	<i>Administração</i>	<i>Outros</i>
	IM-306	<i>Princípios de Finanças</i>	4(4-0)	<i>Admin./Econ.</i>	<i>Outros</i>
	IM-307	<i>Contabilidade Geral</i>	4 (4-0)	<i>ADM/Economia</i>	<i>Outros</i>
	IM-308	<i>Contabilidade Gerencial I</i>	4 (4-0)	<i>Administração</i>	<i>Outros</i>
	IM-309	<i>Contabilidade Gerencial II</i>	4 (4-0)	<i>Administração</i>	<i>Outros</i>
	IM-310	<i>Teoria Geral do Turismo I</i>	4 (4-0).	<i>Turis/Hotelaria</i>	<i>Outros</i>
	IM-311	<i>Teoria Geral do Turismo II</i>	4 (4-0).	<i>Turis/Hotelaria</i>	<i>Outros</i>
<i>Disciplinas específicas do curso de Matemática* e atividades de laboratório de informática, produção de texto e línguas (obrigatórias e optativas) DTL (Depto. de Tecnologias e Linguagens)</i>	IM-401	<i>Laboratório de Estudos Matemáticos I</i>	2 (0-2)	<i>Matemática</i>	-
	IM-402	<i>Laboratório de Estudos Matemáticos II</i>	2 (0-2)	<i>Matemática</i>	-
	IM-403	<i>Calculo I</i>	4 (4-0).	<i>Matemática</i>	<i>Outros</i>
	IM-404	<i>Calculo II</i>	4.(4-0)	<i>Matemática</i>	<i>Outros</i>
	IM-405	<i>Álgebra I</i>	4 (4-0)	<i>Matemática</i>	<i>Outros</i>
	IM-406	<i>Computação I</i>	4 (4-0)	<i>Matemática</i>	<i>Outros</i>
	IM-407	<i>Computação II</i>	4 (4-0)	<i>Matemática</i>	<i>Outros</i>
	IM-408	<i>Matemática aplicada à Economia</i>	4(4-0)	<i>Economia</i>	<i>Outros</i>
	IM-409	<i>Matemática Aplicada à Administração</i>	4 (4-0)	<i>Adm</i>	<i>Outros</i>
	IM-410	<i>Antropologia Social</i>	4 (4-0)	<i>Ped./ THot./His</i>	<i>Outros</i>
	IM-411	<i>Geografia Geral</i>	4 (4-0)	<i>Turis/Hotelaria</i>	<i>Outros</i>
	IM-412	<i>Inglês Instrumental</i>	2(4-4)	<i>TurHot</i>	<i>Outros</i>
	IM-413	<i>Língua Portuguesa e Produção de texto</i>	4 (2-2)	<i>His</i>	<i>Todos</i>
	IM-414	<i>Laboratório de Produção de texto I</i>	2 (0-2)	-	<i>Todos</i>
	IM-415	<i>Laboratório de Produção de texto II</i>	2 (0-2)	-	<i>Todos</i>
	IM-416	<i>Laboratório de Línguas – Inglês I</i>	2 (0-2)	-	<i>Todos</i>
	IM-417	<i>Laboratório de Línguas – Espanhol I</i>	2 (0-2)	-	<i>Todos</i>
	IM-418	<i>Laboratório de Informática I</i>	2 (0-2)	<i>Eco</i>	<i>Todos</i>
	IM-419	<i>Laboratório de Informática II</i>	2 (0-2)	-	<i>Todos</i>

Cabe ainda destacar que o *campus* de Nova Iguaçu tem previsão de atender 500 alunos por ano, e uma meta mínima de 2000 alunos ao fim de quatro anos. Entretanto, a mudança para o *campus* definitivo, prevista para o ano de 2007, permitirá dobrar essa meta, com o

oferecimento dos cursos também, no horário diurno, mais especificamente no período matutino. O Instituto Multidisciplinar inicia com seis cursos de graduação, que se desdobrarão em sete, já no primeiro ano, com a separação do curso Turismo e Hotelaria em duas graduações, e em fase de expansão, a ocorrer nos próximos 4/5 anos, poderá vir a oferecer mais dois ou três cursos. O Instituto Multidisciplinar tem ainda outras duas turmas (cerca de 80 estudantes) do curso de Administração, do extinto Consórcio Universidade Pública da Baixada, que no primeiro semestre de 2006 estarão cursando o 4º e 2º períodos. Estas turmas seguem uma grade curricular diferente da proposta neste documento, mas serão progressivamente feitas as adequações curriculares necessárias para a adoção da nova grade, sem prejuízo dos estudantes.

Os cursos de graduação que integram o Instituto Multidisciplinar serão oferecidos no turno da noite, funcionando de 16h às 22:30h, com duração de 50 minutos cada aula, sendo que as disciplinas obrigatórias têm início às 18 horas.

Os cursos têm duas entradas, no primeiro e segundo semestre, e as vagas estão assim distribuídas:

	<u>1º semestre</u>	<u>2º semestre</u>
Administração :	45 vagas	45 vagas
Economia:	45 vagas	45 vagas
Turismo e Hotelaria:	40 vagas	40 vagas
Matemática:	40 vagas	40 vagas
Pedagogia:	40 vagas	40 vagas
História:	40 vagas	40 vagas
Sub-total:	250 vagas	+ 250 vagas = 500 vagas/ano

Os seis cursos do *Instituto Multidisciplinar* iniciarão suas atividades com uma grade curricular com apenas os dois primeiros períodos (Quadro II) aprovados pela instância superior – CEPE. Os demais períodos serão apresentados à mesma instância antes do término do primeiro período letivo. Da mesma forma apresentamos neste ante-projeto somente as ementas das disciplinas e seus respectivos códigos oferecidas nos dois primeiros períodos dos cursos, visto que a estrutura curricular dos cursos do Instituto Multidisciplinar indicada nos ante-projetos de cada curso será objeto de discussão coletiva nos âmbitos dos Colegiados de curso. As grades curriculares dos dois primeiros períodos dos seis cursos são apresentadas nos quadros seguintes:

Curso de Administração (Bacharelado)

Turma 2006

1º Período	CH (CR)	2º Período	CH (CR)
TGA I	60 (4)	TGA II	60 (4)
Matemática aplicada à Administração	60 (4)	Introdução à pesquisa operacional	60 (4)
Contabilidade Geral	60 (4)	Introdução a Macroeconomia	60 (4)
Estatística aplicada à Administração	60 (4)	Introdução a Microeconomia	60 (4)
Universidade, Conhecimento e Sociedade	60 (4)	Ética, Cultura e Cidadania	60 (4)
SUB-TOTAL	300 (20)	SUB-TOTAL	300 (20)

Curso de ECONOMIA (Bacharelado)

1º Período	CH (CR)	2º Período	CH (CR)
Introdução à Microeconomia	60 (4)	Microeconomia I	60 (4)
Introdução à Macroeconomia	60 (4)	Macroeconomia I	60 (4)
Estatística Básica	60 (4)	Contabilidade Geral	60 (4)
Matemática I	60 (4)	Epistemologia Econômica	60 (4)
Universidade, Conhecimento e Sociedade	60 (4)	Ética, Cultura e Cidadania	60 (4)
SUB-TOTAL	300 (20)	SUB-TOTAL	300 (20)

Curso de HISTÓRIA (Licenciatura Plena)

1º Período	CH (CR)	2º Período	CH (CR)
Introdução à História	60 (4)	História Antiga I	60 (4)
História do Mundo Contemporâneo	60 (4)	História Medieval I	60 (4)
Língua Portuguesa e Prod. de texto	60 (4)	Antropologia Social	60 (4)
Sociologia da Educação	30(2)	Psicologia do Desenvolvimento	30(2)
Pesq. Educacional e Prática Educativa I (PPE I)	30(2)	Pesq. Educacional e Prática Educativa II (PPE II)	30(2)
Universidade, Conhecimento e Sociedade	60 (4)	Ética, Cultura e Cidadania	60 (4)
SUB-TOTAL	300 (20)	SUB-TOTAL	300 (20)

Curso de MATEMÁTICA (Licenciatura e Bacharelado)

1º Período	CH (CR)	2º Período	CH (CR)
Cálculo I	90 (6)	Cálculo II	90 (6)
Computação I	60(4)	Álgebra I	60 (4)
Laboratório de Estudos Matemáticos I	30 (2)	Laboratório de Estudos Matemáticos II	30 (2)
Psicologia do Desenvolvimento	30(2)	Sociologia da Educação	30(2)
Pesq. Educacional e Prática Educativa I (PPE I)	30(2)	Pesq. Educacional e Prática Educativa II (PPE II)	30(2)
Universidade, Conhecimento e Sociedade (NIH-)	60 (4)	Ética, Cultura e Cidadania	60 (4)
SUB-TOTAL	300 (20)	SUB-TOTAL	300 (20)

**Curso de PEDAGOGIA (Bacharelado e Licenciatura Plena)
(Gestão e Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ens. Fund.)**

1º Período	CH (CR)	2º Período	CH (CR)
História das Instituições Educativas	60 (4)	História da Educação	60 (4)
Filosofia da Educação	60 (4)	Sociologia da Educação	30(2)
Psicologia do Desenvolvimento	30(2)	Psicologia da Aprendizagem	60 (4)
Antropologia Social	60 (4)	Organização e Política da Educação	60(4)
Pesq. Educacional e Prática Educativa I (PPE I)	30(2)	Pesq. Educacional e Prática Educativa II (PPE II)	30(2)
Universidade, Conhecimento e Sociedade	60 (4)	Ética, Cultura e Cidadania	60 (4)
SUB-TOTAL	300 (20)	SUB-TOTAL	300 (20)

Curso de TURISMO E HOTELARIA (Bacharelado)

1º Período	CH (CR)	2º Período	CH (CR)
Teoria Geral do Turismo I	60 (4)	Teoria Geral do Turismo II	60 (4)
Geografia Geral	60 (4)	Psicologia das Relações Humanas	30 (2)
Economia aplicada ao Turismo e Hotelaria	60 (4)	Introdução à Administração	60 (4)
Antropologia Social	60 (4)	Inglês Instrumental I	30 (2)
Universidade, Conhecimento e Sociedade	60 (4)	Sociologia geral	60(4)
		Ética, Cultura e Cidadania	60 (4)
SUB-TOTAL	300 (20)	SUB-TOTAL	300 (20)

As disciplinas obrigatórias, terão 4 ou 6 créditos e as optativas, 2 créditos. Além das disciplinas optativas específicas de cada curso, serão disponibilizadas, ainda, como optativas as disciplinas que integram os currículos de todos os cursos do *campus*.

Integram ainda este ante-Projeto Político-Pedagógico e a ele estão anexados os Ante-Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos e o Projeto Acadêmico do *Campus* de Nova Iguaçu, enviado ao MEC quando da assinatura do Convênio com a UFRRJ.